

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.802 - SP (2019/0262752-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : UNIESP S.A
ADVOGADOS : JOÃO PEDRO PALHANO MELKE E OUTRO(S) - SP403601
LUIS GUSTAVO RUGGIER PRADO - SP403271
CARLOS AUGUSTO MELKE FILHO - SP403045
TARIK ALVES DE DEUS - SP403279
ANA PAULA GARCIA SILVA - SP413808
AGRAVADO : JULIANA GOES WOLTERS
ADVOGADO : ALEXANDRE SIQUEIRA SALAMONI E OUTRO(S) - SP237433
INTERES. : SIEN SOCIEDADE INTEGRAL DE ENSINO SUPERIOR S/C LTDA

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 1. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. 2. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REQUISITOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 3. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRAÇÃO. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por UNIESP S.A., desafiando decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, manejado, por seu turno, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 810):

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Redirecionamento de responsabilidade patrimonial a outra sociedade empresária Substituição processual já na fase executiva do julgado Possibilidade excepcional, justificando o desacolhimento de embargos de terceiro Prova documental extraída de site mantido na internet pela própria embargante, admitindo assunção de cursos educacionais da devedora Quotas sociais da devedora transferidas, após o trânsito em julgado da decisão condenatória, para o principal acionista da embargante Hipótese em que se afigura presente confusão patrimonial, autorizando a desconsideração permitida pelo art. 50 do Código Civil Sentença mantida Recurso improvido.

Nas razões do recurso especial, a insurgente alegou ofensa aos arts. 133,

Superior Tribunal de Justiça

134, 135, 373, I, 591 e 655 do CPC/2015; e 50 do CC, além da existência de divergência jurisprudencial.

Sustentou, em síntese, a necessidade de instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, bem como a ausência de comprovação de requisitos legais para tal medida.

Aduziu, ainda: i) sua ilegitimidade passiva, por ausência de vínculo com a real devedora; ii) o "não esgotamento da execução contra o devedor principal" (e-STJ, fl. 829); e iii) a "não caracterização de grupo econômico e da inexistência de confusão patrimonial" (e-STJ, fl. 831).

O apelo especial não foi admitido na origem, o que ensejou a interposição do presente agravo.

Brevemente relatado, decido.

No tocante aos arts. 133, 134, 135, 373, I, 591 e 655 do CPC/2015, verifica-se que seus conteúdos normativos não foram objeto de apreciação pelo Tribunal *a quo*. Portanto, ausente o prequestionamento, entendido como a necessidade de o tema objeto do recurso ter sido examinado na decisão atacada.

O prequestionamento é exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, impondo-se como um dos principais pressupostos ao conhecimento do recurso especial. Incide, ao caso, as Súmulas 282 e 356 do STF.

Em relação à desconsideração da personalidade jurídica, o Tribunal de Justiça, observadas as peculiaridades da causa, concluiu pela demonstração dos requisitos legais para aplicação do instituto, sob os seguintes fundamentos (e-STJ, fls.411-412):

Mas ocorre que foi produzida prova documental nos autos, grande parte dela emanada de site da própria UNIESP, que a vincula à SIEN. Vejamos.

No documento de f. 239 consta, com destaque para a SIEN Faculdade de Tecnologia Integral, no seu frontispício:

“o presidente da UNIESP, Dr. Fernando Costa, assinou no dia 7 de maio o contrato em que assume a Sociedade Integral de Ensino Superior SIEN, mantenedora da Faculdade de Tecnologia Integral, localizada na região metropolitana de Curitiba/PR.

Ao ato de assinatura também estiveram presentes o diretor

Superior Tribunal de Justiça

institucional da UNIESP, Jamil Zogbi, e os diretores da IES, Sandra Renata Mendes e Tadeu Ávila Mendes.” Em outra página do site da UNIESP (f. 241), continua constando, com destaque, o nome SIEN Faculdade de tecnologia Integral e a f. 244, com a mesma caracterização, verifica-se:

“UNIESP Curitiba: SIEN comemora Dia da Enfermagem Quarta-feira, 21 de maio de 2014 No último sábado, 17/05, aconteceu na Faculdade de Tecnologia Integral SIEN Instituição de Ensino Superior integrante do Grupo Educacional UNIESP uma comemoração do Dia da Enfermagem.

Na oportunidade, houve a apresentação de uma equipe de socorristas e de duas professoras da unidade que fizeram uma demonstração da Dança do Ventre” Ainda no mesmo site vê-se a f. 246 os logotipos assim estampados:

E o que ocorre é que, tanto anteriormente à decisão de rejeição dos embargos de terceiro, como agora no apelo apresentado, a recorrente não dá adequada explicação ao que constou no seu próprio site.

A sua justificativa é que haveria somente uma conjugação de esforços pedagógicos entre as duas instituições, mas isto não é o que aparentam aquelas manifestações escritas.

O documento de f. 287/8, emanado do Ministério da Educação, dá a entender que houve pedido da apelante para adquirir UNIESP 100% Brasileira SIEN Faculdade de Tecnologia Integral Curitiba o total controle da SIEN, mas isto foi indeferido por aquele órgão.

De qualquer forma, a prova documental pré-constituída acaba mesmo comprometendo a apelante, pois se ela assumiu, ainda que de fato, as atividades da SIEN em Curitiba, pode-se entender, validamente, que está se beneficiando do patrimônio ali existente, traduzido pela gestão das atividades da faculdade e absorção dos seus cursos, corpo discente e docente e outros direitos.

Daí a possibilidade presente de desconsideração patrimonial, tal como feito na r. sentença proferida.

Com isto, torna-se irrelevante a argumentação do apelo sobre inexistência de consórcio, grupo empresarial e independência jurídica das sociedades, comportando manutenção a decisão proferida.

Por fim, ainda que se entenda subsidiária a responsabilidade da apelante, ela não faz prova alguma nos autos da subsistência de patrimônio da SIEN, que permitisse à apelada a satisfação do seu crédito.

Desse modo, para infirmar as conclusões das instâncias ordinárias, seria imprescindível o reexame das provas carreadas aos autos, o que é inadmissível nesta instância extraordinária, consoante dispõe o Enunciado n. 7 da Súmula de jurisprudência desta Corte.

Ademais, constata-se não ter a agravante efetivado a devida comprovação do dissídio jurisprudencial apontado.

Superior Tribunal de Justiça

É preciso enfatizar que a jurisprudência vigente no Superior Tribunal de Justiça, seguindo o disposto no art. 1.029, § 1º, do CPC/2015, c/c art. 255, § 1º, do RISTJ, entende que, para demonstração da divergência, não basta a simples transcrição da ementa ou voto do acórdão paradigma, fazendo-se necessário o cotejo analítico entre o aresto recorrido e o divergente, com a explicitação da identidade das situações fáticas e a interpretação diversa emprestada ao mesmo dispositivo de legislação infraconstitucional, situação que não ficou configurada no apelo excepcional interposto pela insurgente.

Corroborando esses argumentos, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 131 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. SÚMULAS 284 DO STF, 5 E 7 DO STJ. FALTA DE COTEJO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se configura violação ao art. 131 do CPC/73 quando, mediante convicção formada do exame feito aos elementos fático-probatórios dos autos, o acórdão tratou de forma clara e suficiente a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida para o desfecho da lide.

2. Quanto ao dissídio jurisprudencial, a ausência de indicação de dispositivo de lei federal a que se tenha dado interpretação divergente pelo acórdão recorrido caracteriza a deficiência de fundamentação a inviabilizar a abertura da instância especial. Aplicação da Súmula 284/STF.

3. A ausência de cotejo analítico impede o conhecimento do alegado dissídio jurisprudencial.

4. O Tribunal de origem, amparado no acervo fático - probatório dos autos, concluiu que o contrato discutido na demanda se refere a apólices privadas; que a seguradora não foi responsável pelos seguros dos imóveis, uma vez que foram financiados pela COHAPAR, fora do Sistema Financeiro de Habitação; e que aquela não possui legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda. Assim, alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria, necessariamente, reexame fatos, provas e cláusulas contratuais, o que é vedado em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1347048/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 13/11/2018)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROPRIEDADE INDUSTRIAL. COINCIDÊNCIA ENTRE AS PATENTES. INEXISTÊNCIA. CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS

Superior Tribunal de Justiça

AUTOS. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. JULGADOS DO MESMO TRIBUNAL. SÚMULA Nº 13/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. As conclusões da Corte de origem que resultam da estrita análise das provas carreadas aos autos e das circunstâncias fáticas que permearam a demanda não podem ser infirmadas, haja vista a incidência da Súmula nº 7/STJ.

3. Não basta a afirmação do recorrente quanto à existência da divergência sem a comprovação adequada do dissídio jurisprudencial, visto que insuficiente para tanto a mera transcrição de ementas dos paradigmas, deixando de proceder ao necessário cotejo analítico entre os acórdãos impugnado e paradigma e de demonstrar a similitude fática entre as decisões confrontadas.

4. Na hipótese, o recurso especial não foi conhecido em virtude do óbice da Súmula nº 13/STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1269533/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2018, DJe 17/10/2018)

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator